

Segunda parte - Pensar o Brasil

a (des)filiação do saber

Bernardo Sorj

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Pensar o Brasil: a (des)filiação do saber. pp. 85-112. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Segunda Parte

**Pensar o Brasil:
a (des)filiação do saber**

Este texto constitui um esforço de interpretação das relações entre conhecimento social e o contexto sociocultural, em particular o marco nacional, tomando como referência o lugar do Cebrap no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A apresentação segue a indicação de Braudel, segundo a qual uma boa forma de aproximação aos fenômenos sócio-históricos é considerá-los como camadas superpostas de circunstâncias imediatas, de mudanças geracionais e de tendências de longa duração.

As teorias relativas à análise sociológica da vida intelectual constituem um vasto campo intelectual e com complexas derivações filosóficas. Uma das perspectivas dominantes na bibliografia brasileira são os trabalhos que tendem a enfatizar as relações entre a produção das elites intelectuais e seus interesses e estratégias de mobilidade social.¹ Esses trabalhos representam uma importante contribuição no sentido de desmistificar a produção de idéias como sendo um mundo desencarnado, que se desdobraria independentemente das possibilidades de emprego, de uma base material de reprodução e divulgação da obra intelectual, de um público consumidor e da utilização do saber como moeda de troca e estratégia de ascensão social, prestígio e poder.

Se esses componentes não podem ser esquecidos sob pena de transformar a análise sociológica em simples história das idéias, por outro lado, na medida em que abandona ou transforma em epifenômeno aquilo que é específico da vida intelectual, a produção de saber, essa perspectiva transforma a sociologia do conhecimento numa simples subárea da sociologia das profissões.

A análise do lado interesseiro, mesmo mesquinho, da vida intelectual esclarece parte das condições em que as obras são

produzidas, mas pouco ajuda a compreender o impacto societário e os caminhos em que a produção do saber se entrelaça com outras dimensões da vida social. Em particular, aquelas dimensões em que os produtores de representações da sociedade desempenham um papel central desde tempos imemoriais, através da construção de categorias com as quais os diversos atores sociais representam, dão sentido, se orientam e negociam sua participação na sociedade.

A partir desse ângulo de reconhecimento da especificidade da produção do saber, temos, na bibliografia sobre os intelectuais no Brasil, além de excelentes trabalhos que focalizam a forma particular de entrelaçamento entre as elites e o poder político,² os que analisam o processo de diferenciação e constituição de uma comunidade científica orientada por critérios auto-referidos de qualificação, avaliação e validação do conhecimento produzido.³

Uma teoria do lugar dos intelectuais na sociedade exige, prioritariamente, uma teoria da sociedade em que os intelectuais estão inseridos. Assim, compreender sociologicamente o lugar das ciências e dos cientistas sociais pressupõe uma visão geral das características da sociedade dentro da qual os cientistas e as ciências sociais se desenvolvem para dar conta tanto das articulações da comunidade científica com o sistema societário como do impacto do saber produzido. Portanto, sem deixar de levar em consideração as diversas perspectivas teóricas mencionadas, é fundamental focalizar as características e as condições em que se constituem as instituições de ciências sociais e, em particular, a forma pela qual, no Brasil, se estabelece a agenda de pesquisa e suas conseqüências sobre as características do conhecimento produzido.

Sem desconhecer os enormes progressos realizados no sentido de constituição de uma comunidade científica nacional de cientistas sociais,⁴ procuramos mostrar, através do que denominamos de desfiliação, as dificuldades de acumulação e aprofundamento do conhecimento sobre a realidade social brasileira. Através dos conceitos de filiação e desfiliação do saber, acreditamos ser possível reconstituir os pontos de encontro entre o conjunto da dinâmica social e os produtores de conhecimento, e reconstituir a trama complexa pela qual o saber se mostra social e o social uma construção do saber.

O Cebrap e suas circunstâncias

No momento de sua criação, em 1969, após terem suas posições de professores universitários cassadas, vivendo num país que entrava no período mais duro do regime militar iniciado com o golpe de 1964, o objetivo dos fundadores do Cebrap era viabilizar sua permanência no país como cientistas sociais. Dez anos mais tarde, completado o ciclo no qual o Cebrap teve seu momento de apogeu, a instituição tinha marcado a vida intelectual e política do país.

O que tinha acontecido? O regime autoritário, especialmente durante o governo de Garrastazu Médici, de 1969 a 1973, foi um período de medo, repressão, censura e de perseguição aos intelectuais identificados com a luta contra a ditadura. Mas em comparação a outros regimes autoritários da mesma época no Cone Sul, a ditadura brasileira apresentou uma série de importantes singularidades. A primeira foi que a década de 70 foi um período de rápido crescimento econômico. A segunda é que essa expansão econômica se deu dentro de um modelo produtivo no qual o Estado — e as empresas públicas — ocupava um lugar central. A terceira é que o mesmo Estado repressor investiu pesadamente no desenvolvimento do sistema científico e tecnológico e particularmente na expansão do sistema universitário público e na criação de um sistema nacional de pós-graduação, financiando extensivamente a formação de cientistas no exterior.

Assim, as novas classes médias universitárias, que em geral mantinham uma atitude de oposição à ditadura militar, eram produto e foram favorecidas pelo modelo econômico promovido pelo próprio regime. Portanto, diferentemente de outros países latino-americanos onde os governos militares destruíram boa parte do sistema universitário e iniciaram um processo de liberalização econômica, a nova classe média brasileira passou os anos 70 distante das penúrias assim como das práticas e debates sobre o neoliberalismo que já tinha começado a invadir as praias vizinhas.

No Brasil os temas dominantes da primeira metade dos anos 70 tinham parâmetros que unificavam boa parte da intelectualidade; um inimigo: a ditadura militar; e um objetivo: a democratização.

Quando posteriormente a agenda de crítica ao governo militar passou a incluir a questão da desigualdade social, os movimentos sociais e o novo sindicalismo, os marcos teóricos e os valores a eles associados continuaram consensuais. Nesse espaço intelectual e ideológico comum, os anos 70 confinaram os intelectuais à área acadêmica, em geral longe de posições de poder político e mesmo da militância partidária.

Esse contexto levou à formação de símbolos de resistência, como foi *O Pasquim* no campo do humor, *Opinião e Movimento* na área jornalística, compositores e cantores como, por exemplo, Chico Buarque e Milton Nascimento na música e, no campo mais restrito do debate de idéias, o Cebrap. Coube ao Cebrap ocupar de forma criativa um nicho gerado pelo período ditatorial, quando as classes médias intelectuais e modernizantes procuravam vozes que expressassem os sentimentos reprimidos e censurados, num contexto de alta densidade, mobilização e coesão ideológica.

Se as condições de ensino e pesquisa no período militar sofriam o impacto da coerção, da repressão e da censura, ao mesmo tempo projetavam socialmente os intelectuais, conferindo ao trabalho acadêmico nas ciências sociais uma aura e um sentido de transcendência que desapareceram na democracia.⁵ Os intelectuais eram vistos como “porta-vozes” de uma sociedade amordaçada. Posteriormente, com a democratização e a consolidação de uma sociedade de massa sob a égide dos meios de comunicação, os intelectuais acadêmicos perderam seu peso específico e foram substituídos pelos especialistas em comunicação.

O Cebrap, constituído por um grupo de pesquisadores cassados pelo regime militar, no auge da carreira acadêmica, com importantes contatos na elite local e reconhecimento internacional, especializados em crítica social, dominando um discurso marxista acadêmico num clima de radicalização política, se transformou rapidamente na principal referência de uma geração de jovens cientistas sociais.

Com o avanço do processo de democratização, a crise econômica e a fragmentação partidária, o consenso da comunidade acadêmica, inclusive dentro do Cebrap, chega ao fim. Frente ao problema da inflação, que passa a ocupar um lugar central na vida

política, são os economistas dos novos institutos de pesquisa universitária os chamados a ocupar o centro do debate. O advento da democracia não só acabou com o consenso interno do Cebrap, como os novos temas emergentes colocavam questões para as quais o Cebrap não tinha uma contribuição singular a oferecer. Seja nos “grandes” temas como a crise do socialismo, a globalização, o papel do mercado, como aqueles específicos da realidade brasileira, como a corrupção, a violência ou os serviços públicos, a herança intelectual dos membros do Cebrap não os preparava particularmente para enfrentar essas questões.

Enquanto se processava a luta contra a ditadura e se consolidavam os novos centros de ciências sociais, o Cebrap contribuiu, às vezes de forma decisiva, para a construção dos problemas e dos posicionamentos que marcarão as ciências sociais nas décadas seguintes. O Cebrap teve um papel central na constituição de um marxismo acadêmico que será o padrão intelectual dominante da ciência social brasileira. Este rompimento significou um corte com a atitude dominante da intelectualidade brasileira de “conselheira” do poder, de elaboradora de “projetos nacionais”, mas também (embora este tema nunca tenha sido totalmente ventilado)⁶ da tradição comunista de “representante delegada” da classe operária.⁷ A valorização dos movimentos sociais e das novas lideranças originadas na classe operária foram importantes no surgimento de uma ciência social que não se considerava porta-voz da “nação”.

Mas se essa crítica teve seus aspectos positivos, foi usada também para legitimar a tendência a desconsiderar ou descartar o pensamento social brasileiro do passado por sua associação com uma postura autoritária, e a utilizar a “classe social” como a priori explicativo universal. Os problemas da historicidade dos conceitos sociológicos e o da especificidade das instituições nacionais foram abandonados ou relegados à margem do debate, o que fortaleceu, como veremos adiante, a desfiliação da produção de conhecimento social no Brasil.

Além de “transmissor” intelectual, o Cebrap também foi uma experiência institucional inovadora. Se, como vimos, o Cebrap não conseguiu criar um novo tipo de estrutura de poder (no lugar da

“ditadura da cátedra”, da qual procurou se afastar, criou uma “ditadura coletiva geracional”), foi capaz de integrar, ainda que nem sempre de forma bem-sucedida, pessoas com formação diferente, o que aumentou sua capacidade de abarcar um público acadêmico amplo.

Essa abertura significou em particular a capacidade de absorver intelectuais que não tinham se formado na USP, que não eram paulistas e, em certos casos, não se identificavam com o marxismo. Assim, se Vilmar Faria mobilizava o instrumental de métodos quantitativos e Bolívar Lamounier as discussões sobre democracia e partidos políticos a partir de uma bibliografia influenciada pela produção norte-americana, Francisco de Oliveira, misto de visionário-poeta e sociólogo marxista, trazia a problemática regional e nordestina a um grupo de intelectuais que tendiam a ver o Brasil sob um ângulo paulista.⁸ Ao lado dessa diversidade intelectual, o Cebrap exibia a característica única — comparada a outras instituições que surgiram posteriormente no Brasil e na América Latina — de ser fortemente multidisciplinar.

Essa variedade de origens intelectuais, se por um lado dificultou a constituição de uma escola de pensamento, assegurou ao Cebrap, por outro lado, o diálogo com um público amplo, com o qual as mais diversas tendências intelectuais e ideológicas podiam identificar-se, desde a academia cosmopolita aos grupos mais militantes e radicais dos estudantes e do corpo docente. Esse público era atingido tanto pelas publicações do Cebrap (em particular pela revista *Estudos Cebrap*, que ocupou um espaço central nas ciências sociais da primeira metade dos anos 70) como pela intervenção constante de seus principais membros na chamada imprensa alternativa.

Nessa constelação, navegando entre e liderando o conjunto, encontrava-se a personalidade extremamente cativante de Fernando Henrique Cardoso, com sua capacidade enorme de circular e se comunicar com os mais variados públicos, e que assegurava ao Cebrap visibilidade e papel de catalisador do debate intelectual da época.

Mas o Cebrap também será precursor institucional dos dramas de uma pesquisa acadêmica cuja agenda é definida pelas agências financiadoras. O enorme capital intelectual e social dos fundadores do Cebrap assegurou fontes de financiamento que viabilizaram a instituição, mas esses recursos vinham associados a uma agenda de pesquisa alheia às preocupações intelectuais da maioria dos membros do staff. Isso criou, como vimos, uma certa esquizofrenia, onde os trabalhos de maior impacto intelectual foram escritos à margem dos trabalhos de pesquisa financiados.

A definição da agenda de pesquisa pelas agências extracientíficas de financiamentos se transformou no Brasil num dos principais problemas para o desenvolvimento científico, à medida que a maioria dos pesquisadores, inclusive os que se encontravam nas universidades, passou a completar seus rendimentos com pesquisas contratadas por agências externas preocupadas com temas de políticas públicas ou de “intervenção social”.⁹ Os temas pesquisados sendo definidos ou *delimitados* por essas agências financiadoras embora traga conhecimentos importantes, não se constituem em torno de problemas conceituais nem possuem, em geral, capacidade acumulativa, já que não são elaborados em função de questões teóricas que permitam aprofundar um campo intelectual comum.

A passagem das gerações

Na ciência social brasileira dos anos 50 teve lugar um interessante debate entre Florestan Fernandes, líder da escola sociológica da Universidade de São Paulo, e Guerreiro Ramos, responsável pela área de sociologia do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, localizado no Rio de Janeiro).¹⁰ Lido fora do calor do contexto, e deixando de lado a característica de personalizar as críticas e uma certa verbosidade filosofante¹¹ de Guerreiros Ramos e a linguagem tortuosa e por vezes incompreensível de Florestan Fernandes, resta uma problemática relevante que a história intelectual brasileira tende a evitar, embora ressurgir periodicamente.¹² O debate entre

Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos nos remete ao tema da universalidade e da particularidade do conhecimento social, tema difícil e delicado, pois facilmente pode escorregar para posições ideológicas ou outras formas de argumentação que constroem critérios de validação extracientíficos que destroem a possibilidade da comunicação racional.

Fundamentalmente, o argumento de Guerreiro Ramos é uma defesa da visão historicista da sociologia: “... habitualmente o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais...” (op. cit. p.9). Este argumento geral vai acompanhado de uma proposta metodológica — a redução sociológica — adequada às condições sociais nacionais. Essa metodologia enfatiza a necessidade dos sociólogos produzirem um tipo de pesquisa e conhecimento afins com a realidade de um país pobre e dependente como o Brasil. Os três principais postulados da redução sociológica eram: a) a prioridade da elaboração de interpretações de conjunto da sociedade, b) o princípio da subsidiaridade pelo qual “... toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (p.113), c) a realização de pesquisas, numa situação de recursos escassos, que focalizem os problemas centrais do país, aliada à crítica à aceitação de financiamentos externos cujo propósito seria deslocar a agenda de pesquisa nacional.

Florestan Fernandes não confronta diretamente o argumento de Guerreiro Ramos. O que ele defende é um ideal de trabalho científico de aproximação ao padrão internacional. Nesse sentido valoriza os estudos de caso, uma separação maior entre filosofia e sociologia e a constituição de uma comunidade diferenciada de cientistas, que trabalhem de acordo com critérios universais de validação dos resultados da pesquisa social.

A reconstrução posterior desse debate levou a formular dicotomias quando o que existia eram ênfases distintas e dilemas não totalmente resolvidos por nenhuma das partes. Apresentar, por exemplo, a confrontação entre Guerreiros Ramos e Florestan Fernandes como expressão de contextos sociais diferentes, em que São Paulo representaria uma visão moderna de uma sociedade civil

diferenciada, com uma comunidade científica autônoma, e o Rio de Janeiro como produtor de intelectuais atrelados ao Estado e à formulação de agendas governamentais, é no mínimo uma simplificação injusta (que inclusive esquece a importância da Universidade do Brasil e a escola de sociologia liderada por Costa Pinto ou o Departamento de Antropologia do Museu Nacional).¹³

O próprio ISEB não era um conjunto homogêneo, e Guerreiro Ramos, embora influenciado pelo discurso nacionalista, sempre criticou os colegas que essencializavam a nação, defendendo a universalidade e autonomia da vida científica.¹⁴ Florestan Fernandes, por sua vez, na segunda fase de sua vida intelectual, depois da cassação da USP, reconheceu a importância de interpretações de conjunto da sociedade brasileira e de uma maior aproximação entre ciência e militância social.

Além dessas tendências, não podemos esquecer o importante lugar ocupado pelo marxismo, em particular através de intelectuais próximos ou militantes do Partido Comunista, que eram críticos do nacionalismo do ISEB e nesse sentido convergiam para o universalismo da USP, embora distantes da sociologia eclética de Florestan Fernandes. Também vale notar, a partir de uma perspectiva de trajetórias sociais, que, apesar de posições intelectuais até certo ponto opostas, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos compartilhavam uma origem social comum — o primeiro, oriundo de uma família extremamente modesta, e o segundo, mulato — que exigia de ambos um esforço particular de diferenciação para ocupar posições numa sociedade fortemente elitista.

O novo clima político dos anos 60 e as transformações produzidas pela ditadura (tanto de censura e repressão como de expansão econômica e do sistema científico) mudaram boa parte dos termos, assim como a atualidade do debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Com o golpe militar de 1964, o banimento do ISEB, as cassações e perseguições de intelectuais, em particular a partir de 1969, deu-se uma ruptura com o passado e uma radicalização de boa parte dos intelectuais, em nível nacional. Em sua maioria influenciados pela revolução cubana e o clima da

guerra fria, adotaram posições socialistas e de identificação com o marxismo.

É nesse contexto intelectual e social que o Cebrap ocupa — em particular na primeira metade da década de 70, quando se consolidavam as novas instituições de pesquisa formadas em sua maioria por uma nova geração de cientistas sociais — um lugar de liderança intelectual. Foi no período mais duro de resistência ao regime militar que o Cebrap se posicionou como uma ponte entre gerações, como lugar privilegiado de reconstrução da filiação intelectual da comunidade emergente de cientistas sociais brasileiros.

As afinidades do grupo original do Cebrap com a comunidade científica que se desenvolveu nos anos 70 eram múltiplas. A formação na escola de Florestan Fernandes, com a valorização dos estudos de casos e a deferência pelo debate acadêmico dos centros avançados, avalizados por sólida obra científica anterior, assegurava reconhecimento e diálogo com as novas gerações formadas agora, em sua maioria, nos centros universitários dos países centrais. Ao mesmo tempo o conhecimento profundo da obra de Marx lhes permitia conjugar simultaneamente os valores acadêmicos com a orientação político-ideológica dominante. Essa dupla legitimidade — acadêmica e ideológica — foi o principal diferencial do Cebrap nesse período. Ainda mais quando essa dupla inserção mantinha laços com outra tradição de pensamento social que teve uma influência central no Brasil durante grande parte do século XX, a tradição comunista.

Portanto, o Cebrap não foi uma simples correia de transmissão da tradição uspiana representada por Florestan Fernandes. À medida que foram criando espaços próprios, os alunos de Florestan Fernandes passaram a se dedicar a temas influenciados pela agenda de debate político definida em grande medida pelo Partido Comunista. A discussão sobre a burguesia nacional, por exemplo, que ocupou boa parte da obra de Fernando Henrique Cardoso nos anos 60, só é compreensível dentro da problemática ideológica colocada pelo Partido Comunista e depois pela revolução cubana.

No entanto, a ciência social dos fundadores do Cebrap é uma ciência social engajada ao mesmo tempo em que procura manter uma posição de rigor científico, de universalismo e abertura intelectual, rompendo nesse ponto com a tradição comunista. Sem dúvida as condições de repressão política e de clandestinidade das organizações de esquerda nos anos 70 facilitaram este corte, ainda mais que nesse período o marxismo acadêmico tenha começado a ser um fenômeno importante, inclusive nos centros universitários do primeiro mundo.

Foi essa tripla característica, de rigor científico, engajamento político e separação radical entre debate intelectual e posições ideológicos-partidárias, que sinalizou um caminho e expressou o sentimento de “estar no mundo” de uma geração de cientistas sociais que se identificou com o Cebrap.

Passado o período de luta contra a ditadura, e com a consolidação dos novos centros de pesquisa, o Cebrap perdeu seu lugar privilegiado. Assim, para a nova comunidade de cientistas sociais, o Cebrap foi mais uma “ponte” entre as gerações do que uma fonte de filiação ao saber acumulado pela geração anterior. Para a nova geração de cientistas sociais formados em sua maioria em universidades estrangeiras e cada vez mais especializados em áreas específicas, os referenciais de seus trabalhos científicos e as escolas de pensamento referidas passaram a ser definidos pelos centros metropolitanos e pelos orientadores locais onde realizaram suas teses de doutorado. Dificilmente esses marcos teóricos foram criticados ou reelaborados, o que transformou os doutorandos brasileiros em ciências sociais em produtores de estudos empíricos de uma cadeia produtiva internacional.

Junto com a internacionalização dos circuitos de inserção e reconhecimento intelectual, a tendência à especialização excessiva levou ao abandono de esforços de análises de conjunto da sociedade brasileira e, junto com esta, de filiação às tradições “interpretativas” do pensamento social brasileiro. Essa tendência se agravou, como veremos, com a transferência efetiva da definição da agenda de pesquisa para as agências financiadoras.

A longa duração: filiação e desfiliação do saber social

Se entendermos como filiação a identificação de uma obra com uma tradição de pensamento, os trabalhos de ciências sociais se definem, acima de tudo, pelos seus laços com a tradição científica representada pelos pais fundadores, a partir das elaborações de novos autores que permanentemente redefinem as fronteiras do campo de estudos. Embora a diversidade de escolas e a convivência de métodos e teorias divergentes dificultem a consolidação de um *corpus* claramente delimitado, a referência aos debates, autores e problemas representados pela tradição das ciências sociais constitui o processo principal de filiação e demarcação da comunidade dos cientistas sociais.

A convivência no seio das ciências sociais de tendências divergentes faz com que geralmente os cientistas sociais, além de sua identificação geral com o conjunto da tradição, tendam — com maior ou menor intensidade — a uma filiação restritiva, no sentido de identificação com uma corrente ou autor específico (p.ex., Weber, Parsons, Durkheim, funcionalismo, individualismo metodológico etc.). Essa filiação restritiva tem o efeito duplo de permitir o aprofundamento de uma problemática determinada e o diálogo interno, ao mesmo tempo que gera um distanciamento e diminui a comunicação entre os cientistas sociais de diferentes escolas, sem chegar, contudo, a destruir o sentimento de participar de um espaço comum.

Um outro tipo de filiação, esta já com efeitos mais problemáticos, percorreu as ciências sociais durante o século XX, e distinguia os cientistas sociais marxistas dos não-marxistas. Para muitos, a filiação marxista era a condição de acesso à ciência social autêntica, na medida em que funcionava como o canal privilegiado de contato com a classe operária que representava o futuro da humanidade, permitindo uma visão crítica e desmistificadora da ordem social capitalista. Para outros, inversamente, o marxismo era um conjunto de dogmas que limitavam ou impossibilitavam a participação no debate científico.

A filiação marxista, em particular a partir do fim do comunismo, deixou de funcionar como uma lógica sectária, se bem que desde os anos 70 certas posições associadas ao feminismo e as lutas culturais de minorias sexuais e raciais passaram a ocupar um lugar similar, em termos de filiação a uma identidade social que lhes autorizaria desconhecer, desvalorizar ou reduzir outras correntes de ciências sociais a produtos ideológica e politicamente “incorretos”.

Apesar de suas diferenças, enquanto predominaram os paradigmas de filiação a uma ciência aberta e ao marxismo, ambos compartilhavam o pressuposto de que o conhecimento produzido era universal, e que os conceitos sobre a sociedade moderna ou capitalista refletiam a tendência de desenvolvimento de todas as sociedades. Ambos os paradigmas, por razões diferentes, entraram em crise, sob o impacto da crítica pós-moderna e pelas profundas transformações na passagem do milênio. Assim, as crenças que sustentavam o paradigma marxista ficaram sem alicerces com o fim do comunismo, e o paradigma da modernidade entrou em pane com as transformações profundas por que passam os países avançados — erodindo ou destruindo características que eram vistas como sinônimo de sociedade moderna — e os processos de globalização que, ao mesmo tempo que homogeneizam as sociedades, colocam em relevo as diferenças entre as diversas culturas, nacionais, regionais ou étnicas.

Essa crise dos paradigmas das teorias generalizadoras da sociedade contemporânea permitiu descobrir que boa parte do que era apresentado como conceitos universais das ciências sociais se referia a fenômenos com fortes componentes particulares (geralmente nacionais) filiados a contextos e tradições específicos de viver e pensar a realidade social. Em outras palavras, encobriam formas — em geral não conscientes nem explicitadas — de filiações a valores culturais, realidades sociais e representações da sociedade associadas a tradições de pensamento nacional (ou outros tipos de contexto social particularista).

O contexto societário contemporâneo fez emergir, portanto, uma dimensão geralmente reprimida de filiação, a filiação nacional.

Por que essa filiação é tão importante na ciência social? Em primeiro lugar, porque a construção de conceitos sobre as sociedades modernas, em ciências sociais, ainda que ambicionando o maior nível de generalidade possível, foi, e em grande medida continua sendo feita — inclusive aquelas referidas aos processos de globalização —, tendo como referência as sociedades nacionais. Em segundo lugar, porque a ciência social se encontra enraizada no seu próprio objeto de estudo, de forma que o esforço de construção de categorias científicas sobre a sociedade é sempre atravessado por formas de pensar a realidade, escolas filosóficas e a definição do que sejam os problemas e valores constitutivos da sociedade, que estão, até hoje, profundamente ancorados nas diferentes culturas nacionais (ou outros conjuntos socioculturais particulares). Essas tradições nacionais estão associadas a processos de longa duração de constituição de formas de sociabilidade e instituições políticas e culturais.

A ciência social, talvez mais do que qualquer outra ciência, mantém laços com tradições intelectuais e/ou estilos de pensamento nacionais. Esses laços permitem uma filiação — geralmente invisível e não explicitada —, que assegura uma cumulatividade e uma continuidade mesmo quando mudam modas intelectuais, temas ou marcos teóricos. Essa dimensão do conhecimento social não invalida a sua vocação universal — isto é, de criar um *corpus* de conhecimento com critérios comuns de validação — e portanto não constitui um critério de relevância de qualquer obra específica. Os conceitos de filiação e desfiliação são instrumentos de compreensão do funcionamento da dinâmica coletiva de produção de conhecimento, e particularmente de sua capacidade de produzir efeitos cumulativos.

Nas ciências sociais a filiação é sempre múltipla, isto é, toda obra se alimenta simultaneamente de uma variedade de tradições, tanto internacionais como nacionais e locais. Essa multiplicidade de filiações do saber social levanta diversas questões sobre as quais só podemos fazer aqui uma rápida referência:

1. Ela limita a relevância dos esquemas conceituais e epistemológicos provenientes das ciências naturais (por exemplo a temática dos paradigmas elaborada por Khun),¹⁵ na medida em que as mudanças de paradigma nas ciências sociais se dão em um nível de filiação, enquanto podem se manter continuidades em outros. A cumulatividade e as descontinuidades do conhecimento devem ser analisadas do ponto de vista das várias camadas de filiações de uma obra a diversos corpos teóricos.
2. Cada dimensão de filiação, por exemplo a filiação nacional, nos remete por sua vez a um conjunto de variáveis ou de inúmeras “portas”, muitas delas de difícil conceitualização. A existência de uma filiação nacional não significa que estejamos “essencializando” a cultura nacional, pois toda cultura nacional é por sua vez um produto de múltiplas filiações em constante mutação e está atravessada pelos conflitos sociais, políticos e culturais da sociedade. Mas, ao mesmo tempo que os conflitos sociais, por exemplo de classes sociais, influenciam e transformam tradições nacionais, são por sua vez por elas afetadas.
3. Se por um lado é relativamente fácil identificar tradições de pensamento social nacional, ligadas a autores específicos, é mais difícil, mas nem por isso menos importante, identificar as problemáticas valorativas (valores sociais e políticos de longa duração) ou os estilos de pensamento que caracterizam a construção teórica associada a tradições nacionais (por exemplo, o empirismo e o individualismo anglo-saxão ou o cartesianismo ou o republicanismo francês).
4. A filiação se dá não somente na produção de conhecimento, mas também nas práticas de leitura. Assim, por exemplo, a leitura de Foucault nos Estados Unidos não é a mesma que na França: enquanto na tradição francesa está associada a uma longa tradição filosófica e a debates sobre o problema da representação e do sujeito, nos Estados Unidos foi associada (e geralmente reduzida) a uma área de conhecimento (disciplinamento do corpo) e a uma área acadêmica (*cultural studies*) orientada para o ativismo social. Enquanto na França se filosofa a política, nos Estados Unidos se moraliza a filosofia.

5. Existem “estilos” diferentes de filiação do saber de acordo com a própria estruturação do mundo de produção intelectual e seus sistemas internos de poder e códigos específicos. Assim, por exemplo, na França pode chocar a falta de diálogo e reconhecimento intelectual entre pesquisadores de diversas escolas, mas ao mesmo tempo impressionam as linhas de continuidade “profunda” entre os autores com as problemáticas filosóficas e temáticas dos antecessores. Situação quase inversa da dominante na ciência social norte-americana, onde a fragilidade filosófica, a tendência a critérios quantitativistas de avaliação, o pragmatismo e a massificação da produção levaram a uma produção intelectual que menciona e aparenta conhecer toda a bibliografia sobre o tema tratado, mas que muitas vezes não é mais do que um *melting pot* intelectual que desconhece as implicações teóricas dos conceitos utilizados (o que lhe dá uma maior liberdade de circulação intelectual, mas muitas vezes a condena a uma certa superficialidade).
6. As filiações nacionais são tão diversas e diferentes quanto o são as culturas nacionais e suas relações com a modernidade, e cada uma apresenta problemas específicos para a construção de um *corpus* de ciências sociais. O reconhecimento de filiações nacionais (ou regionais, como é caso da cultura europeia no seu conjunto) é fundamental para descolonizar a ciência social e reconhecer que o processo de busca de conceitos gerais está necessariamente impregnado de associações a contextos locais. Para uma parte do mundo não ocidental, os problemas de filiação estão em geral ligados à passagem de visões religiosas e míticas do mundo social para a interpretação secular e desencantada do mundo da qual a ciência social se encontra impregnada.
7. A riqueza de um pensamento encontra-se em sua múltipla filiação, na sua busca de universalidade e ao mesmo tempo por estar inserido, por exemplo, dentro de uma corrente teórica e/ou uma tradição nacional, política e/ou filosófica.

Temos um processo de desfiliação, do ponto de vista da produção de conhecimento social, quando a filiação a uma forma de

produção de conhecimento leva a desconhecer ou marginalizar a tradição de pensamento local precedente. Nas situações em que cada geração procura refundar as bases de produção de conhecimento, existe pouca cumulatividade e enriquecimento conceptual, já que o conhecimento social se constitui na forma de debate e contraposição a posições precedentes.

A questão da desfiliação nos remete ao tema das relações entre saber, poder e história, à capacidade de importar e digerir outras tradições culturais, e, em particular, à questão da formação das elites intelectuais. A desfiliação nacional das ciências sociais pode responder a uma gama variada de fatores e circunstâncias históricas. Entre as principais podemos notar:

- Uma passagem rápida para a modernização sem tempo de maturação de uma cultura e valores seculares, ou onde a modernidade secular está associada com dominação colonial ou estrangeira. Nesses casos, a teoria social aparece como expressão de valores ou marcos cognitivos não enraizados na cultura local. Isso vale particularmente para culturas com forte presença de tradições religiosas, como é o caso por exemplo dos países islâmicos, mas também para países constituídos em torno de instituições culturais diferentes das ocidentais, como é o caso, por exemplo, de certos países asiáticos ou africanos.
- Em países periféricos constituídos pelas transposições de populações, instituições e valores europeus, as elites locais tiveram uma tendência a refletir a própria realidade social a partir dos valores metropolitanos. Nessas sociedades periféricas, como as latino-americanas, onde boa parte do pensamento filosófico e social se constituiu de forma reflexa, através da importação de modelos metropolitanos, a filiação nacional é difícil e problemática. No lugar de constituir uma tradição própria, as modas intelectuais da metrópole (ou das metrópoles) culturalmente dominante são importadas e substituídas periodicamente sem gerar uma cumulatividade de pensamento. No centro deste problema, para as ciências sociais, encontra-se a procura constante de um ideal societário calcado na experiência de um país

central e de suas categorias de representação do social (p.ex., cidadania, partido, democracia, classes sociais), que são utilizadas tanto como parâmetros de uma sociedade ideal como instrumento de análise da realidade nacional.¹⁶

- Na medida em que as filosofias sociais e políticas que oferecem a infra-estrutura e parte do andaime intelectual das ciências sociais se originaram e alimentaram da experiência européia, os esforços de criar um pensamento social original se ressentem do uso de categorias impregnadas de contextos sociais diferentes. A formação das elites intelectuais dominantes fora do contexto nacional tende a reforçar os processos anteriores. Inclusive, paradoxalmente, cientistas sociais de países periféricos, formados nos países centrais nas artes da crítica social em geral e na análise de constituição de elites como mecanismos de dominação social em particular, geralmente não aplicam este conhecimento sobre si mesmas, aceitando cumprir o triste papel de cadeias de transmissão e súditos de mandarinatos intelectuais metropolitanos.¹⁷
- Um dos paradoxos da vida acadêmica é que, apesar de ser altamente individualizante, pois fundada na contribuição original ao saber (o que produz um mundo habitado pelo “narcisismo das pequenas diferenças”), está, ao mesmo tempo, organizada em torno de redes de hierarquias e dependência pessoal bastante explícitas. Nessas redes, ser protegido ou poder reivindicar o apoio de “um grande nome” é fundamental para as chances de carreira e de reconhecimento dos pares. Sem dúvida, essa característica é geral no mundo acadêmico, mas adquire cores mais fortes em certas culturas, sendo, por exemplo, menos explícita nos países anglo-saxões e mais assumidamente “feudal” na França.

Nas condições da vida científica brasileira, que gira em torno de nomes de prestígio que se encontram fora das fronteiras nacionais, temos por vezes verdadeiras situações de franquias, ou mesmo daqueles que se consideram “*master-franqueados*” do *maitre-penseur*. Parte dos recursos da cooperação internacional são canalizados para sustentar essas franquias, transformando

a circulação internacional de pesquisadores brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil num exercício de reprodução de relações encapsuladas cujo efeito multiplicador é bastante limitado.

- É nas zonas periféricas, seja da própria Europa, seja do sistema internacional — em particular na América Latina — que em geral encontramos cientistas sociais com uma formação mais completa, isto é, versados simultaneamente nas grandes tradições nacionais: francesa, anglo-saxã e alemã. Essa atitude intelectual tem o potencial de abertura e cosmopolitismo, mas ao mesmo tempo reflete os problemas de desfiliação. Na experiência da periferia europeia — as regiões mediterrânea e central —, do final do século XIX e primeira metade do XX, essa abertura mostrou-se particularmente criativa. Mas ela se fortaleceu e alavancou a partir de outra filiação, a europeia. No caso da América Latina, à exceção de poucos autores e das artes, a situação periférica — de ser parte, fronteira e vítima da expansão ocidental — não funcionou como alavanca e ponto privilegiado para o desenvolvimento da filosofia e das ciências humanas.
- É importante notar, em muitos casos, em que uma cultura nacional apresenta dificuldades de filiação na área intelectual, pelos problemas específicos colocados pela transposição das idéias, ela pode possuir uma capacidade enorme de diálogo entre o particular e o universal no mundo das artes. No caso do Brasil, por exemplo, isto se dá especialmente na música, principal sistema de filiação da cultura brasileira com seu passado, com o presente e com a cultura universal.

Paradoxalmente, é hoje via globalização que a cultura e os particularismos são novamente valorizados. Mas, neste admirável mundo novo, muitas vezes no lugar de filiação encontramos a folclorização; no lugar de raízes e aprofundamento do particular para se comunicar com o universal, temos a valorização de imagens passageiras e distinções sutis para diferenciar produtos similares. Afinal, quem sabe, num mundo de espaços virtuais e de famílias recombinantes, a idéia mesma de filiação (nacional, étnica, familiar)

se transformou em categoria historicamente datada a ser abandonada ou pelo menos profundamente reelaborada.

A filiação das ciências sociais no Brasil

O Brasil, como sociedade secular surgida do bojo da expansão ocidental e cristã, não experimentou os mesmos traumas de opressão/absorção da cultura européia, como nos casos dos povos afroasiáticos. À diferença da América Hispânica, com populações de origem majoritariamente indígenas, tampouco sofre dos dilaceramentos de amplas populações que ainda carregam as feridas e ressentimentos da dominação colonial, ou, como acontece com os países do Cone Sul (em particular, Argentina e Uruguai), não se vê como uma reprodução local do mundo europeu.

Assim, se em princípio o Brasil possui condições excepcionais para refletir sobre si mesmo e a especificidade de suas instituições, os processos de desfiliação se infiltraram aqui através de variada gama de fatores. Lugar privilegiado ocupa a tendência nacional a desvalorizar o passado, a acreditar que o país do futuro pouco tem a ganhar das gerações anteriores e que o Brasil é um país a ser periodicamente inventado.¹⁸ Essa tendência *inauguralista* da cultura brasileira está presente tanto à direita como à esquerda, onde a sociedade se apresenta sempre como instituinte e nunca constituída, como um mundo permanentemente desejante orientado em direção ao futuro e desvalorizador do passado. Ela se reproduz em todas as áreas da sociedade, tanto na vida intelectual como na política brasileira.

Essa tendência se vê reforçada tanto pela estreita relação entre os intelectuais e o poder político, sublinhada por Pécaut,¹⁹ como pelo sentimento de fragilidade das instituições políticas nacionais. Essa fragilidade gera uma constante colonização da reflexão pelas urgências do presente, uma tendência ao conjunturalismo intelectual e à crítica social; a ficar excessivamente condicionada pela denúncia e pelas preocupações políticas e ideológicas do momento.²⁰

Em tempos mais recentes, a desfiliação foi favorecida pela perda por parte dos cientistas sociais do controle da agenda de pesquisa, que passou a ser definida pelas agências de financiamento (nacionais ou estrangeiras). Esse processo esteve associado à transformação da pesquisa no principal instrumento de complementação salarial, estratégia hoje quase universal de sobrevivência dos professores universitários na América Latina, que se consolidou no Brasil nos anos 80 com a perda da capacidade aquisitiva do salário produzida pela inflação.

Nessas condições, a pesquisa acadêmica se concentra nas teses de pós-graduação (ou para aquisição de títulos de docência), enquanto os pesquisadores e acadêmicos seniores, na sua maioria, concentram seus esforços em relatórios de pesquisa onde a imaginação sociológica e a erudição acadêmica não ocupam lugar relevante. Assim, não é de espantar que parte considerável da produção intelectual dos pesquisadores seniores seja constituída de relatórios requentados, sem problemática teórica nem debate intelectual de fundo, já que a pesquisa foi determinada pelos TOR (Termos de Referência) do contrato.

Apesar da inexistência de uma tradição filosófica original, houve no Brasil esforços intelectuais que poderiam ter sido fundacionais de uma perspectiva de ciências sociais em torno da qual poderia ter-se constituído uma filiação intelectual nacional. Em particular a obra genial de Gilberto Freyre, assim como de outros pensadores importantes da primeira metade de século, como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, constituíram um esforço impressionante para construir problemas, conceitos e formas de pensar o Brasil na sua especificidade histórica, ou, como se dizia na época, as características de sua civilização.

Esse paradigma ficou em boa parte marginalizado pela ciência social que se constitui posteriormente, em particular nos novos centros acadêmicos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, a obra de Gilberto Freyre foi criticada por apresentar uma visão apologética do Brasil e da nação como sendo uma democracia racial e por apresentar uma perspectiva culturalista da sociedade. Outros autores foram abandonados por estarem associados ao pensamento

autoritário em que o Estado ocupava o lugar da sociedade e o papel do povo e da sociedade civil era desprezado.

Sem dúvida boa parte dessas críticas eram procedentes. Ademais, a ênfase na cultura e nos processos de longa duração, características do estilo ensaístico desses autores, apresentam dificuldades para o instrumental “moderno” das ciências sociais, colado a objetos empíricos claramente delimitados. Mas, no lugar de uma visão mais complexa e conflitiva da cultura, essa dimensão foi praticamente abandonada ou relegada a espaços particulares da disciplina (por exemplo, sociologia da religião).

Nos anos 50 duas novas vertentes apresentam um caráter fundacional e a base para uma nova filiação. Através da influência do marxismo e do pensamento econômico de matriz cepalina passam ao primeiro plano as estruturas sociais, as dimensões políticas e econômicas e a mudança do conjunto da sociedade. Essas correntes, cujos mais importantes expoentes no Brasil são Celso Furtado pela Cepal e Caio Prado Jr. pelo marxismo, mantinham certas linhas de continuidade com a chamada tradição autoritária, no sentido de enfatizar a importância do papel do Estado na transformação da sociedade.

Frente a essa matriz uma outra tradição se constitui na USP, em particular em torno da figura de Florestan Fernandes. Florestan foi antes de tudo um mestre que teve um papel decisivo na formação de uma geração de grandes cientistas sociais, vários dos quais associados direta ou indiretamente ao Cebrap. Sua principal contribuição foi consolidar um estilo de trabalho científico que rompe com o ensaísmo e exige um conhecimento rigoroso das diferentes tradições de pensamento social.

Ainda assim, os trabalhos de Florestan Fernandes — seja na primeira fase de sua obra, centrada na elaboração de uma síntese da teoria sociológica, ou na segunda, de radicalização política orientada para a análise das condições e possibilidades de uma revolução socialista no Brasil — não apresentaram um pensamento ou marco teórico original capaz de se constituir como referência da produção intelectual, inclusive dos seus próprios discípulos. Isto

apesar de uma certa tendência apologética que leva a que em geral se evitem análises críticas de sua obra.

Mas se a obra de Florestan Fernandes não se transformou numa referência teórica fundacional de uma nova escola sociológica, teve um papel de desfiliação da teoria social na medida em que geralmente desconheceu a relevância dos grandes trabalhos de ensaísmo precedentes, e em particular a obra de Gilberto Freyre.²¹

A geração que constituirá o Cebrap, ainda que mantendo um enorme respeito pelo mestre, procurou no seminário de leitura do *Capital*, e em geral na obra de Marx, a base de uma filiação própria. Sem dúvida, esse deslocamento tem a ver com as características da época e as afinidades políticas da nova geração, mas essa nova filiação, marxista, se constrói à margem das tradições anteriores do pensamento social brasileiro.

Os herdeiros dos anos 70 e os desafios da construção intelectual da sociedade brasileira

Talvez a principal fonte da influência criadora, mas também de impacto desfilizador do Cebrap na ciência social, tenha sido uma ênfase unilateral na lógica universal de acumulação de capital. Nos primeiros anos da instituição, a importância dada à estrutura capitalista da sociedade brasileira expressava de certa forma o clima social da época, o sucesso do milagre econômico — cujo dinamismo não deixava de provocar admiração nos espíritos mais críticos —, o crescimento e fortalecimento de um novo sindicalismo e a transformação da estrutura rural, que pareciam nos aproximar do modelo “padrão ideal” de desenvolvimento capitalista.

Essa visão estruturalista era igualmente influenciada pelo engessamento da vida política, mas na medida em que avançavam a abertura e a participação dos novos movimentos sociais, o Cebrap se abriu aos temas dos agentes sociais e à dinâmica política. Mas a análise centrada na lógica de acumulação de capital permaneceu como transfundo intelectual básico e se transformou numa influência central nas ciências sociais.

O impacto desfilador do Cebrap pode ser relacionado também a uma característica do pensamento do Fernando Henrique Cardoso, e que permeava o Cebrap, de valorizar o novo, as tendências emergentes. Se essa característica possivelmente é um de seus principais atributos intelectuais e lhe valeu importantes *insights* sobre a sociedade brasileira, também expressava o “inauguralismo” brasileiro e significou um certo abandono da análise das instituições e dos mecanismos pelos quais o passado se renova no presente, e por extensão, dos autores que pensaram este passado.

A caracterização da sociedade brasileira como sociedade capitalista, que a colocava no mesmo plano das sociedades avançadas, tinha uma afinidade estrutural com a ascendente comunidade científica, cuja formação nos centros internacionais favorecia uma atração pelos conceitos utilizados nos países capitalistas avançados e a tendência a “aplicar” teorias e problemas ao “estudo de caso brasileiro”. Essa transferência se fez através de um certo “economismo”, sacrificando aspectos culturais e instituições da sociedade brasileira que lhe são específicos e inclusive constituem componentes importantes da dinâmica capitalista nacional. Assim, por exemplo, o lugar da estrutura familiar, da apropriação privada das instituições públicas, do acesso privilegiado das classes médias a recursos públicos ou o problema da corrupção (que a esquerda brasileira sempre denunciou como uma bandeira “moralista” levantada pela direita), foi praticamente relegado ou reduzido a uma questão de funcionalidade para a acumulação capitalista.

Infelizmente a obra que projetou Fernando Henrique Cardoso no plano internacional, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que representava um esforço de filiação à tradição da Cepal, ao debate marxista da época e a uma problemática latino-americana, foi em boa medida abandonada pelo Cebrap, à medida que, como mencionamos, a problemática de acumulação de capital e de rigor teórico marxista, junto com um isolamento crescente do resto da América Latina, invadiu a comunidade acadêmica brasileira nos anos 70.

A ciência social que se institucionaliza nos anos 70 é fortemente internacionalizada, mas basicamente em termos do chamado “cir-

cuito Helena Rubinstein” (Paris, Nova York, Londres), tanto no sentido da problemática intelectual como de vínculos institucionais. Para o distanciamento crescente da América Latina convergiram os marcos teóricos focalizando conceitos universais sobre o modo de produção capitalista, a realização de doutorados nos países centrais, o que consolidou laços sociais e institucionais e uma atitude de valorização do padrão de trabalho acadêmico e publicações dos países avançados.

Esse desenvolvimento criou, no Brasil, uma comunidade acadêmica com características de um *paroquialismo cosmopolita*, pois altamente atualizada em relação aos debates intelectuais dos países centrais, mas geralmente dando as costas para o estudo comparativo dos processos sociais que, nos países vizinhos, prenunciavam a dinâmica da sociedade brasileira. Assim, temas como o impacto social das privatizações, a privatização do sistema de ensino e da previdência social, a transformação das práticas de administração estatal, a desregulação do mercado de trabalho, as transformações na estrutura, perfil e práticas das classes sociais, a violência e a exclusão, foram tratados em geral desde uma perspectiva de denúncia ou com conceitos importados dos países centrais.

A América Latina, além de ser o campo natural de estudos comparados para o Brasil, funcionou no passado — e tem potencial para continuar a fazê-lo no futuro —, como uma âncora capaz de estruturar um espaço intelectual autônomo, um habitat intelectual onde conceitos são aferidos e aclimatados. Embora sejamos naturalmente importadores natos de teorias e conceitos dos países centrais, existe um espaço enorme para confrontar os marcos analíticos com as realidades locais, mostrando como conceitos surgidos em outras realidades em geral são relevantes, mas com as devidas adaptações, para contextos como o nosso. Inclusive nas discussões mais abstratas de filosofia social, de Foucault a Habermas e Rawls, é importante lembrar que são marcos intelectuais que se nutrem de realidades sociais e tradições culturais; portanto, é preciso um duplo esforço para acompanhar esses debates no nível de abstração que lhes é próprio, mas também traduzi-los nos contextos societários e das tradições culturais que nos são específicos.

A ciência social brasileira das últimas duas décadas — apesar da produção de uma enorme quantidade de estudos específicos, em particular na forma de teses de pós-graduação, de grande valor científico — apresenta mais do que nunca um problema de desfiliação intelectual, que se mostra particularmente dramático num momento de mudança de paradigma societário pelos processos de globalização, colocando interrogações dramáticas sobre a possibilidade de desenvolver projetos soberanos, democraticamente elaborados, de transformação social.

Perdido o horizonte do socialismo e praticamente abandonado o arcabouço do marxismo, permaneceram como temas estruturantes da pesquisa em ciências sociais as áreas tradicionais definidas pela agenda passada. O mundo emergente de uma sociedade democrática e sua complexa institucionalidade não deram lugar a uma pujante sociologia jurídica, nem as transformações no mundo das empresas foi acompanhada por uma criativa sociologia das organizações, para a qual o Brasil com certeza teria muito a contribuir, e, mais impressionante ainda, num país onde os sistemas de comunicação ocupam um lugar tão central não desenvolveu centros importantes de sociologia das comunicações, para dar só alguns exemplos.

Constituída contra — e graças a — o governo militar, a nova geração de cientistas sociais, geralmente com doutorado no exterior, consolidou um padrão de produção científico de alta qualidade, mas fragmentado em poucas áreas de especialização e associado geralmente a modas intelectuais ditadas pelos cientistas dos países centrais.²² Institucionalizados em torno de uma organização nacional, a Anpocs, que passou a reproduzir as áreas de especialização e de distribuição regional de poder, transformou a instituição representativa das ciências sociais num *bunker* intelectual em lugar de uma plataforma para novos desafios e questionamentos.

É fundamental que as ciências sociais mantenham uma capacidade de diálogo permanente com o jornalismo e com os elaboradores de políticas públicas ou de programas políticos. No primeiro caso, esse diálogo assegura que o discurso das ciências sociais não fique isolado e fechado num pequeno universo de iniciados, assim

como a tradução da análise teórica em instrumento de apoio à intervenção social permite que a produção acadêmica não se perca em debates sem relevância para o resto da sociedade. Mas essas passagens não podem acarretar um reducionismo intelectual com perda de valores substantivos que diferenciam a vida acadêmica de outros subsistemas sociais.

A legitimidade e o treinamento numa área não são transferíveis para outras, e, na maioria dos casos, os cientistas sociais, transformados em ideólogos de última hora, acabam por cair num panfletismo simplista, ou num jornalismo denunciador que pouco agrega à capacidade jornalística instalada, resultando num desperdício de energia e abandono do rigor e respeito pela complexidade própria do trabalho científico. Por sua vez, o campo de políticas públicas, que possui uma tradição respeitável nas ciências sociais, transformou-se no Brasil na principal fonte de complementação salarial, levando a que boa parte da produção intelectual consista de diagnósticos pré-contratados, na maioria dos casos divididos e indecisos entre as exigências específicas da análise, que orientam a produção de propostas operacionais e a vontade de um esforço teórico não amarrado a preocupações de ordem prática.

Essas indicações são generalizações que não substituem a necessidade de estudos mais específicos de trajetórias de filiação e desfiliação nas ciências sociais no Brasil, tanto no nível de cada disciplina como no dos diferentes grupos e/ou instituições e obras individuais. Assim, por exemplo, a história econômica e social se beneficiou das sinergias da obra de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, apesar de pertencerem a diferentes escolas de pensamento, e por sua vez elas apresentam clara convergência com a escola de pensamento como a dos *Annales*, na França, sob cuja influência se formou uma geração mais jovem de historiadores brasileiros. Da mesma forma, a nível da análise de cada obra intelectual individual, sabemos que a “porosidade” de influências é muito maior que as explicitadas, que elos e ganchos com autores “locais” não são difíceis de identificar. Existe, porém, em muitas genealogias intelectuais uma certa tendência, em nome da “originalidade” da análise ou da simples apologética, a magnificar aspectos menores ou mesmo

distorcer o argumento de forma a mostrar filiações que na verdade são secundárias ou mesmo irrelevantes.

A crise das universidades públicas que se alastra desde os anos 80, associada aos problemas de relevância intelectual em tempos de comunicação de massa e colonização da pesquisa pelas agências de financiamento, coloca a ciência social brasileira frente a um enorme desafio de atualização intelectual e de reorganização institucional que a leve novamente a produzir cientistas atualizados com o mundo e capazes ao mesmo tempo de pensar a sociedade brasileira.